



A Importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em Escolas Públicas

Andressa Maciel Nonato Santana¹; Verônica Rejane de Lima Teixeira²

Resumo: A educação especial se configura como algo essencial para garantir a equidade do aluno com deficiência, sendo assim, as instituições de ensino público, devem assegurar o acesso as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para que o educando, consiga desenvolver as suas competências e habilidades normalmente, tendo em vista, que a educação inclusiva é um direito garantido pela constituição federal. No entanto, é de grande relevância a discussão desse tema na atualidade, para que alguns paradigmas ainda existentes sejam quebrados e também para entender melhor como acontece esse atendimento na rede pública de ensino. Todavia, é necessário o envolvimento tanto da equipe escolar, quanto da família para que o acesso a essa educação seja de fato efetivado e gere resultados positivos ao aluno, levando em consideração o nível de aprendizagem de cada educando, sendo que, cada pessoa aprende no seu ritmo e é imprescindível ter esse olhar voltado para essa questão na educação especial. O presente artigo tem como objetivo, abordar de forma reflexiva a importância do AEE (Atendimento Educacional Especializado) na educação especial em escolas públicas, enfatizando-a como componente de ensino e de aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfica, que foi desenvolvida com base em materiais já elaborados, composto, principalmente de artigos científicos e livros, centrados em autores como: Mantoan (2007), Silva (2009), Freire (2008), dentre outros. Por meio dessa pesquisa, foi evidenciado que as salas de AEE são de fundamental importância para a garantia de uma educação igualitária e de qualidade, porém os investimentos nesse atendimento ainda não são suficientes, pois os recursos pedagógicos são poucos.

Palavras-Chave: Importância, AEE, Escolas Públicas, Educação, Especial.

¹ Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). andressamaciel1922@icloud.com;

² Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). veronica.teixeira@fachucs.com.

The Importance of Specialized Educational Assistance in Special Education in Public Schools

Abstract: Special education is configured as something essential to ensure the equity of students with disabilities, so public education institutions must ensure access to AEE rooms so that the student can develop their skills and abilities normally, given that inclusive education is a right guaranteed by the federal constitution. However, it is very important to discuss this topic today, so that some paradigms that still exist are broken and also to better understand how this service happens in the public education network. However, the involvement of both the school team and the family is necessary so that access to this education is actually effective and generates positive results for the student, taking into account the level of learning of each student, and each person learns in its rhythm and it is essential to have this look focused on this issue in special education. This article aims to reflectively address the importance of AEE (Specialized Educational Assistance) in special education in public schools, emphasizing it as a component of teaching and learning. This is a qualitative research, of a bibliographic nature, which was developed based on materials already prepared, composed mainly of scientific articles and books, centered on authors such as: Mantoan (2007), Silva (2009), Freire (2008), among others. Through this research, it was evidenced that the AEE rooms are of fundamental importance to guarantee an egalitarian and quality education, but the investments in this service are still not enough, because the pedagogical resources are few.

Keywords: Importance, AEE, Public Schools, Education, Special.

Introdução

Todo ser humano têm o direito de frequentar a escola, independentemente da cor, raça, etnia ou classe social. Seguindo essa perspectiva, o artigo 205 da constituição federal destaca que “A educação, direito de todos e dever da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim, é na escola que a criança começará a conhecer e ser orientada sobre seus direitos, iniciar o processo de aprendizagem e se tornar cidadãos de bens, acolhendo e respeitando as diferenças.

A discussão suscitada nessa pesquisa, aponta a importância do AEE na educação especial em escolas públicas. Nesse sentido, o presente estudo tem um caráter descritivo, cujos resultados serão apresentados de forma qualitativa. Ademais, é notório que essa temática ainda hoje é desafiadora e possui alguns entraves, mas, apesar disso, as salas de atendimento educacional, são indispensáveis para a formação integral dos alunos com deficiência.

A educação especial é uma modalidade de ensino, que de acordo com a LDB artigo 58 “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades ou superdotação”. Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, fica evidente que essa educação é pautada para especificamente atender os discentes com diferentes tipos de deficiência, tendo como objetivo, os mesmos da educação em geral, o que a distingue, é o atendimento que será mediante as diferenças dos educandos.

Segundo Mantoan (2003) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é necessário ter um senso crítico pautado na valorização do ser, enquanto agente transformador considerar que cada indivíduo é único e merece ser respeitado em todos os seus aspectos.

Analisando melhor a educação inclusiva no contexto atual brasileiro, foi evidenciado mudanças significativas, pois antigamente a criança com algum tipo de deficiência, era tida como frágil, inferior, incapaz e não tinham importância para a sociedade, conseqüentemente eram vítimas de preconceito. Atualmente, a educação especial ganhou mais ênfase e valorização, pois foi através da implantação desse novo recurso (AEE) que diversas crianças passaram a ter um olhar mais voltado para as suas especificidades e por lei a garantia dos seus direitos. Nessa perspectiva, qual a importância das salas de atendimento educacional especializado para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência da rede pública? E como realizar a parceria entre a sala do AEE e o professor, visando o desenvolvimento da educação especial na perspectiva da educação inclusiva?

O AEE possui uma grande relevância no processo educacional do aluno com deficiência, sendo que, o mesmo irá, através da mediação do professor identificar as dificuldades de aprendizagens de cada educando e ao concluir essa análise, o mediador fará a adequação dos recursos pedagógicos, voltado para as especificidades de cada indivíduo. Então, as salas de atendimento na rede pública de ensino, visa contribuir para a melhoria da inclusão e também promover a plena participação do educando da classe comum. Em conseqüente, para de fato haver uma educação de qualidade a esses alunos, é importante que o professor do atendimento educacional especializado realize um trabalho em conjunto com o docente da sala comum, estejam sempre dialogando e participem de forma ativa no planejamento pedagógico escolar, a fim de analisar os avanços, identificar o que precisa melhorar e promover a autonomia do educando.

Freire (2008) afirma que: “a inclusão, enquanto forma de flexibilizar a resposta educativade modo a fornecer uma educação básica de qualidade a todos os alunos, tem sido apontada como uma solução para o problema da exclusão educacional.” Posto isso, é necessário que a comunidade escolar tenha uma visão transformadora e que propicie aos educandos as habilidades e competências essenciais para a formação integral do indivíduo inserido nesse meio.

Nesse contexto, a relevância desta pesquisa, partiu da ação, que tem por finalidade abordar analisar de forma reflexiva a importância do atendimento educacional especializado em escolas públicas e também ampliar a discussão sobre a contribuição da sala de AEE, no contextoeducacional, para a melhoria no processo de escolarização do aluno com deficiência.

Breve Evolução da Educação Especial no Brasil

Durante décadas, os indivíduos que tinham algum tipo de deficiência, eram desvalorizados e considerados como inferiores, ou seja, existia um grande preconceito em relação a isso. Visto que, para a sociedade a condição física era mais importante do que princípios básicos, como, o caráter e o respeito.

Desse modo, até a década de 50, não se falava em educação especial, pois as pessoas discriminavam e não dava nenhuma importância a esses sujeitos. Sendo que, a maioria deles eram tidos como, loucos, doentes mentais, anormais e conseqüentemente eram isolados do convívio social, sem nenhuma garantia de direito. Ainda nessa perspectiva, durante a antiguidade muitas crianças que nasciam de forma “anormais” sofriam prática de abandono, negligência e até de extermínio, eram rejeitadas por a família, ou seja, eram vistas como pessoas que não mereciam oportunidade e cuidado, literalmente eram imperceptíveis para a sociedade.

Foi a partir do ano de 1970 que houve uma mudança considerável envolvendo a educação especial, que começou a ser discutida e ganhou espaço na sociedade, porém sem muitas políticas públicas a favor dessas pessoas e de forma lenta. Ademais, ampliou-se um olhar mais compreensível da parte do governo, que adotou medidas que favoreceram esses indivíduos, coma criação de instituições e regras gerais de acordo com os órgãos normativos. Deste modo, a educação especial durante todos esses anos passou por inúmeras transformações, resultado de muitas lutas para a garantia dos seus direitos, pois se analisarmos melhor, veremos que não foi fácil, e ainda hoje não é, mesmo apesar dos avanços.

Nesse contexto, é importante salientar que, a educação inclusiva no Brasil somente começou a se consolidar a partir de uma conferência mundial da educação especial, no ano de 1994, quando foi proclamada a declaração de Salamanca. Importante marco para o início da luta para se ter uma educação igualitária. Além do mais, foi no decorrer dos anos 2000 que a educação inclusiva ganhou força no âmbito educacional.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

De acordo com a citação acima, podemos perceber que a declaração de Salamanca foi criada com o intuito de garantir a todos os indivíduos o direito de frequentar a escola, independentemente da sua cor, classe social ou condição física. Dando importância a todos os aspectos das crianças, sem distinção e de forma inclusiva.

A declaração de Salamanca (1994) tem como princípios:

Toda criança tem direito fundamental a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

Sistemas educacionais deveriam ser definidos e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;

Escolas regulares que possuem tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas que proveem uma educação efetiva a maioria das crianças aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional;

Seguindo essa linha de raciocínio, fica evidente a importância desses princípios para incluir o aluno com deficiência na rede pública regular de ensino, para que seja efetivado uma educação justa e eficaz, levando em consideração as especificidades de cada educando. Tendo em vista,

que o professor precisa se adequar e adaptar os recursos pedagógicos de acordo com as necessidades de cada estudante.

Ainda nessa perspectiva, a declaração de Salamanca, contribuiu bastante para o âmbito educacional, mas além dela, houve outros documentos que foram firmados para garantir o direito a educação dos alunos com deficiência, sendo um deles, a declaração mundial sobre a educação para todos. Dessa forma, todas essas declarações e os documentos normativos, influenciaram políticas educacionais, como a LDB de 1996, inserindo nos documentos legais, princípios norteadores, de igualdade de direitos, de mudanças estruturais e sobretudo mudanças no modo de agir. Em virtude dessas evoluções, notou-se a relevância de conhecer melhor a educação especial, como melhoria na qualidade de ensino e aprendizagem.

De acordo com o artigo 59 da LDB:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular.

Portanto, foi analisado, que desde a antiguidade a educação especial vem sendo construída através de muita luta, devido a exclusão e a violação sofridas por esses indivíduos. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), surgiu com o intuito de assegurar uma educação de qualidade e inclusiva aos alunos com deficiência e preferencialmente na rede regular de ensino. Segundo o artigo 59, desta mesma lei o currículo contempla uma organização importante no âmbito educacional, pois visa adaptações curriculares, de acordo com as especificidades dos alunos, com o objetivo de flexibilizar o currículo geral, permitindo ao educando uma melhoria na aprendizagem e de acordo com cada nível, ou seja,

contribuindo para a terminalidade específica dos discentes que, não conseguiram acompanhar o nível exigido para a conclusão daquela etapa de ensino e também para os superdotados que possuem um nível elevado de conhecimento.

Conclui-se que, esse artigo norteia uma educação que contemple o acesso igualitário a todos da educação especial, possibilitando a plena participação do educando, priorizando materiais didáticos, dentre outros benefícios para a plena participação do educando na escola. Entretanto, apesar de haver avanços significativos e leis que assegurem os direitos desse público, em prol da pessoa com deficiência, sabemos que esse processo de inclusão é uma construção lenta e ainda hoje com muitos desafios que precisam ser superados.

Os Desafios da Educação Especial na Rede Pública de Ensino

Embora, as leis estejam em vigor para assegurar uma educação de qualidade aos alunos que possuem algum tipo de deficiência, sabemos que existem diversos problemas para que de fato seja garantido esse direito. Em virtude disso, se faz necessário ampliar o olhar para a prática pedagógica, inserindo a escola como um todo, analisando e repensando o modelo de ensino na perspectiva inclusiva, com o intuito de melhorar a aprendizagem do aluno. Segundo Mantoan:

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade de educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiências possam exercer o direito a educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MANTOAN, 2007, P. 45)

Dessa forma, são inúmeros desafios para a garantia da inclusão escolar, pois um deles ainda existente é o preconceito, tanto da sociedade, como também da escola que ainda não está de fato preparada para receber esses alunos.

O parágrafo único, do artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão defende que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, assegurar a educação de qualidade a pessoa com deficiência, colocando-a, a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Sendo assim, é importante que a escola tenha uma rede de apoio para esses alunos, em conjunto de todos, sem exceção, a fim de garantir uma educação eficaz, assegurando a permanência dos educandos na instituição de ensino e promovendo condições de igualdade, livre de qualquer tipo de violação dos seus direitos.

Ainda nessa perspectiva, percebemos que algumas escolas não são bem estruturadas para receber os alunos com deficiência, há a falta de recursos pedagógicos e também tecnológicos para atender as dificuldades deles. Observamos também que em algumas instituições de ensino, ainda há locais que dificultam a locomoção dos estudantes, fazendo com que a acessibilidade não aconteça, de fato.

Para MANTOAN (2007) “a escola deve passar por uma transformação, que não seja apenas uma mera exigência de inclusão, mas encarando como um compromisso, tendo como consequência a inclusão de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem”.

Baseando-se no pensamento de CARVALHO (2005):

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola (CARVALHO, 2005, P.72).

No sentido de remover barreiras, outra questão a ser discutida é a falta de formações dos professores, pois é essencial ter, nas escolas inclusivas da rede pública de ensino, docentes preparados para lidar com as necessidades dos alunos, sendo assim, se torna evidente esse déficit de profissionais especializados na área de educação especial.

Partindo desse pressuposto, SILVA (2009) afirma que “o desenvolvimento da inclusão educacional só poderá ter bons resultados se for feito por meio da qualificação profissional”. Deste modo, quando não há a qualificação do professor para atuar nessa modalidade de ensino, tudo se torna bem mais difícil, pois, grande parte dos educadores não conhecem a didática apropriada para lidar com alunos deficientes, sendo que, para se ter uma educação de qualidade, o professor deve sempre estar buscando aprender mais, se qualificar e ter formações continuadas.

Outro desafio que precisa ser superado é a desinformação das pessoas, que por muito tempo o AEE era visto como um reforço escolar e sem muita importância, sendo que o reforço é para os educandos que apresentam dificuldades em determinadas matérias e precisam compreender melhor o que foi ensinado. Já o atendimento educacional especializado, é um suporte para a educação especial e inclusiva, ou seja, é um atendimento complementar ou suplementar, com adaptações curriculares, habilidades e competências.

Por conseguinte, podemos analisar que a educação especial e inclusiva na contemporaneidade, ainda apresenta diversos desafios a serem vencidos, alguns deles já foram citados anteriormente, mas existem vários outros. Ademais, é importante salientar que, só é possível ter uma educação de qualidade e inclusiva se essas barreiras forem vencidas, levando em consideração que esse é um processo lento, mas que necessita de mudanças, pois todos os alunos em geral precisam exercer o direito a ter uma educação de qualidade e com profissionais qualificados, a fim de atender as suas necessidades educacionais. Percebe-se que apesar de existir políticas públicas e leis para garantir a educação para todos, na prática é bem diferente, ainda necessita de muitos investimentos para se ter uma boa escola, inclusiva e de qualidade.

Atendimento Educacional Especializado (AEE) Importância e Contribuição

De acordo com o inciso VI- da política nacional de educação especial “O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas”. Então, esse tipo de atendimento não pode ser confundido como reforço escolar, pois o mesmo objetiva diversos conhecimentos voltado para a interdisciplinaridade, metodologias e práticas inovadoras, possibilitando a inclusão social dos educandos.

Sendo assim, o Currículo de Pernambuco ressalta que:

A política defendida neste documento orienta as redes públicas dos estados e municípios para a promoção de respostas as necessidades educacionais específicas de cada estudante; propõe uma transformação social, pois parte do princípio do direito humano a educação e compreende a escola como um espaço realmente de todos os estudantes. Dessa forma, ao possibilitar a cada estudante reconhecer-se nas suas diferenças e singularidades como parte constituinte do ser humano, contribui para a efetivação e exercício de sua plena cidadania. (pag.22, 2019)

Desse modo, é imprescindível que todas as escolas da rede pública, implementem estratégias educacionais, voltada para as especificidades dos educandos, incentivando a autonomia e o autoconhecimento, com o intuito de valorizar as diferenças e a prática do respeito.

De acordo com a resolução nº 04 de 02 de outubro de 2009, considera-se público-alvo do AEE:

a- Alunos com deficiência: aqueles que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras,

podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, transtorno de integrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c- Alunos com altas habilidades/superdotação; aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Esse atendimento, se torna importante porque dá acessibilidade aos educandos com deficiência e dificuldades de aprendizagens, organizando estratégias e ações, com o intuito de favorecer uma boa escolarização. Contudo, esse atendimento é realizado de preferência na salas de recursos multifuncionais, onde é o oferecido todo apoio ao aluno.

Segundo o art.10 da resolução de 02 de outubro de 2009 o Projeto Pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

- a. Sala de recursos multifuncional: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- b. Matrícula do aluno no AEE: condicionada à matrícula no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- c. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; cronograma de atendimento dos alunos;
- d. Professor para o exercício da docência do AEE;
- e. Profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção.
- f. Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum.
- g. Redes de apoio: no âmbito da atuação intersetorial, da formação docente, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que contribuam para a realização do AEE.

A vista disso, a escola deve organizar o PPP com metodologias baseadas na sala do AEE, visando um preparo significativo da comunidade escolar para com esses educandos. Assim, potencializando o desenvolvimento dos alunos, afim de garantir a igualdade e condições ao

acesso, a participação e sobretudo a permanência desses indivíduos com necessidades educacionais, dentro da escola.

Conforme o art.13 da resolução de 02 de outubro de 2009, são atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

Portanto, o atendimento educacional especializado é de grande importância para identificar as necessidades educacionais dos alunos com deficiência, proporcionando autonomia, melhoria na qualidade do ensino ofertado na rede pública, a inserção desses estudantes no meio social e sobretudo para a garantia de uma educação eficaz. Desta forma, também contribui significativamente para o desenvolvimento da educação inclusiva, pois oferece suporte ao professor da classe comum e tem o intuito através das leis de assegurar o direito de todos a

educação.

Metodologia

O presente trabalho, consiste em uma pesquisa de caráter descritivo, que segundo GIL (2007), “a pesquisa descritiva é uma análise em profundidade que visa descrever, classificar e interpretar o objeto estudado. Utiliza técnicas mais sistematizadas e rigorosas”.

O mesmo tende identificar a importância do atendimento educacional especializado na educação especial em escolas públicas, através de um estudo qualitativo, de cunho bibliográfico fundamentado em autores como: Mantoan (2007), Silva (2009), Freire (2008), Carvalho (2005), além de artigos, livros, documentos, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Currículo de Pernambuco (2019), dentre outros.

Para Macedo, (1994, p. 13) a pesquisa bibliográfica: “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação”.

Portanto, considera-se que o intuito dessa pesquisa é, identificar e analisar de forma reflexiva a importância e realização do AEE na escola pública, buscando entender a eficácia desse atendimento no âmbito da educação especial, dando possibilidades a novas discussões sobre esse assunto.

Resultados e Discussões

A educação especial é uma modalidade de ensino que visa a melhoria da aprendizagem dos alunos com deficiência, ela contribui significativamente para a garantia de um ensino de qualidade para todos, sem distinção e de forma inclusiva. Sendo assim, o AEE é um recurso que contempla a educação especial na rede regular de ensino, com o intuito de identificar as necessidades educacionais de cada aluno. Posto isso, o presente trabalho, tem como bases teóricas, autores como: Mantoan (2007) Silva (2009) Costa (2010) e também documentos norteadores que defendem essa temática, dentre eles, a BNCC, currículo de Pernambuco e artigos que serviram para consolidar o estudo.

De acordo, com as pesquisas bibliográficas e com as teses dos autores, foi constatado que a educação especial durante muito tempo, não era valorizada e não tinha políticas públicas

que assegurassem o direito e a permanência dos educandos com deficiência, eles eram excluídos do convívio social e eram tidos como incapazes de aprender. Nessa perspectiva, a educação especial foi construída através de muita luta, vemos que hoje, houve avanços significativos em termos de direitos e acesso educacional. Entretanto, a inclusão escolar ainda necessita de um olhar mais voltado para o fazer pedagógico, os professores devem inovar nas suas práticas pedagógicas, valorizando sempre as diferenças. Então, no decorrer desse estudo, foi evidenciado também os desafios da educação especial na rede pública de ensino.

Na visão de Costa (2010, p.531), “A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades educacionais”. Assim, as abordagens teóricas mostraram que há a necessidade de profissionais capacitados para realizar esse atendimento educacional especializado, professores aptos a conhecer de fato a educação especial e sua finalidade, que tenham estratégias para melhorar a qualidade de ensino desses alunos que apresentam certos tipos de necessidades educacionais.

Desta forma, os resultados obtidos através dessa pesquisa, evidenciaram os aspectos positivos do atendimento educacional especializado, o mesmo, contribui no processo de ensino e aprendizagem e promove a autonomia do aluno com deficiência. Em contrapartida, também foi notório algumas dificuldades, como a falta de materiais pedagógicos e de investimentos para com a educação especial e até a formação dos profissionais. Isto posto, o AEE é de fundamental importância para a eficácia da aprendizagem, para garantir uma educação de qualidade na rede pública de ensino e de forma inclusiva.

Considerações Finais

Sabemos que a educação é o alicerce para a formação e o desenvolvimento do ser humano, em todos os seus aspectos, é através dela que o conhecimento será criado e aprimorado em cada etapa de ensino. É o ambiente onde as crianças vivenciam suas primeiras relações com pessoas novas e aprendem a conviver em sociedade. Sendo assim, ela tem o compromisso e o dever de zelar, desenvolver a autonomia do educando e potencializar a capacidade intelectual do mesmo.

Nessa perspectiva, é imprescindível que a educação especial tenha uma atenção redobrada na rede pública de ensino, pois como já foi citado anteriormente, a educação é um direito de todos e possui o seu papel na sociedade, que é justamente incluir todos sem exceção e proporcionar uma educação de qualidade. Assim, os alunos que tem alguma deficiência, não devem ser vistos como incapazes de adquirir conhecimento, pois, a maioria deles precisam é desenvolver suas potencialidades e a escola inclusiva, precisa ter profissionais adequados para identificar as dificuldades desses alunos.

Contudo já explanado é importante salientar que esse trabalho tem por finalidade, analisar e debater a importância do atendimento educacional especializado (AEE) na educação especial em escolas públicas. Ademais, o estudo se propõe a reflexão e análise por meio de leituras, autores e pesquisas a cerca do assunto. O mesmo destaca também os desafios que a educação especial ainda enfrenta, com o intuito de buscar soluções para com a temática explorada.

Por fim, entendemos que esta pesquisa servirá para futuros trabalhos, bibliográficos e estudos referente a importância do AEE, na educação especial. Sendo assim, foi possível comprovar a eficácia do atendimento educacional especializado e a sua relevância no contexto educacional para os alunos com deficiência, sendo que, o mesmo contribui significativamente para o desenvolvimento integral dos educandos, garantindo uma educação inclusiva e acessível, porém, observou-se também que falta profissionais capacitados para atender esse público e que ainda muitas escolas não possuem uma boa estrutura para recebê-los. Ademais, apesar dos avanços, vários desafios precisam ser vencidos para que de fato se tenha uma educação pública inclusiva. Desta maneira, o AEE, é muito importante para garantir a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Referências

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009- MEC Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 16 de setembro de 2022.

CARVALHO Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

COSTA, V. A. **Políticas públicas e educação: Formação de professores e inclusão**. Brasil. In: CÚPICH, Z. J. LÓPEZ, S. L. V. CÓRDOVA, J. de los S. L. (Org.). *Sujeito, Educação Especial e integração*. Cidade de México, DF: Editora de Universidade Nacional Autónoma de México, 2010b. P. 525-540.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, atualizada, 2018.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Educação Inclusiva-Orientações pedagógicas*. In: FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. PANTOJA, Luísa de Marillac P. MANTOAN, Teresa Eglér (org). **Atendimento educacional especializado**. – São Paulo: MEC/SEESP, 207.

PERNAMBUCO. **Currículo da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Secretaria de Estado de Educação. Recife, 2019.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria nº, 948, de 09 de outubro de 2007.

SILVA, L. M. da. **Educação inclusiva e a formação de professores**. 2009. 90 f. Monografia. Curso de Especialização Lato Sensu à distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. Universidade do Estado do Mato Grosso – Campus Cuiabá. Cuiabá, 2009.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

SANTANA, Andressa Maciel Nonato; TEIXEIRA, Verônica Rejane de Lima. A Importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em Escolas Públicas. **Id on Line Rev. Psic.**, Outubro/2022, vol.16, n.63, p. 299-313, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 16/10/2022;

Aceito 20/10/2022;

Publicado em: 30/10/2022.